



## VIOLÊNCIA SEXUAL

# Brasil tem 15 estupros coletivos por dia

Dados do Ministério da Saúde revelam que, entre 2022 e 2025, o país registrou 22,8 mil casos desse tipo de violência. Especialistas destacam efeitos duradouros do trauma e a importância de acolhimento imediato das vítimas

» RAFAELA BOMFIM\*

No início de março, a notícia do estupro coletivo de uma adolescente de 17 anos na Zona Sul do Rio de Janeiro por cinco pessoas chocou o país. O caso, entretanto, está longe de ser isolado. Dados do Ministério da Saúde mostram que, entre 2022 e 2025, o Brasil notificou 22.800 casos desse tipo de crime, média de 15 ocorrências por dia.

As informações constam no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, o Sinan, e dizem respeito a situações em que houve atendimento da vítima na rede de saúde. Isso significa que o volume real tende a ser maior, já que parte expressiva dos episódios não chega aos serviços públicos nem é formalmente comunicada. Entre os casos registrados no período, 8,4 mil tiveram como vítimas mulheres adultas, enquanto 14,4 mil atingiram crianças e adolescentes do sexo feminino, grupo que concentra a maior parcela das notificações.

A série anual revela crescimento nos registros ao longo dos últimos anos. Em 2022, foram contabilizados 4.405 casos de estupro coletivo. Em 2023, o número subiu para 5.952. Em 2024, chegou a 6.476 notificações. Já em 2025, houve recuo para 6.063 ocorrências, sem que isso altere o patamar elevado observado no período. O Ministério da Saúde informa, ainda, que, entre 2015 e 2021, foram registrados 17.145 casos envolvendo crianças e adolescentes de 10 a 19 anos. Como a faixa etária usada nessa série é diferente da aplicada no recorte mais recente, não há comparação direta entre os dois intervalos.

Os dados dialogam com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, que aponta o estupro entre os crimes com maior subnotificação no país. Segundo o levantamento, em 2024 foram registrados 20.350 casos de estupro contra pessoas com mais de 18 anos e 67.204 casos de estupro de vulnerável. O anuário também mostra que, na maioria das ocorrências, os autores são familiares, conhecidos ou pessoas próximas da vítima, aspecto que desmonta a ideia de que a violência sexual se restringe a ataques cometidos por desconhecidos em espaços públicos.

A legislação brasileira prevê punições para esse tipo de crime no artigo 213 do Código Penal. A pena

Reprodução



Em janeiro, uma jovem de 17 anos foi estuprada por quatro homens e um adolescente no Rio de Janeiro (RJ). O caso só veio à tona neste mês



**A vítima pode desenvolver uma visão negativa de si mesma, do mundo e dos outros, além de dificuldades na construção da identidade, autoestima fragilizada e prejuízos na regulação emocional**

Kenia Ramos, psicóloga

para estupro varia de 6 a 10 anos de prisão. Quando a vítima é menor de 18 anos ou sofre lesão corporal grave, a punição passa para 8 a 12 anos. Se houver morte, a pena pode chegar a 30 anos. Nos episódios de estupro coletivo, a sanção pode ser aumentada de um terço a dois terços, por se tratar de conduta praticada por pelo menos duas pessoas.

Para a psicóloga Kenia Ramos, do Grupo Mantevinda, o estupro coletivo produz um impacto psíquico ampliado porque reúne “múltiplos agressores, sensação intensa de desamparo e violação extrema dos limites”. Ela afirma que entre as consequências mais frequentes estão transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade generalizada, crises de pânico, vergonha, culpa e dissociação. “Muitas vítimas também apresentam perda de confiança no outro e no ambiente,

o que compromete vínculos afetivos e sociais”, diz.

A especialista ressalta que a adolescência é um período marcado pela formação da identidade, pela necessidade de pertencimento e por menor percepção de risco, o que amplia a exposição a contextos de manipulação e coerção. Segundo ela, fatores como desigualdade de gênero, objetificação do corpo feminino, uso de álcool e drogas em situações sociais e imaturidade emocional tornam esse público mais suscetível. “O trauma pode interromper ou distorcer etapas importantes do desenvolvimento emocional”, afirma. “A vítima pode desenvolver uma visão negativa de si mesma, do mundo e dos outros, além de dificuldades na construção da identidade, autoestima fragilizada e prejuízos na regulação emocional.”

Kenia Ramos também chama atenção para o peso da rede de apoio na recuperação. “O suporte é um fator decisivo no prognóstico. Uma rede de apoio acolhedora, que valide a dor da vítima sem julgamentos, contribui significativamente para a redução dos danos psíquicos”, explica. Ela destaca que o acompanhamento psicológico especializado é fundamental para a elaboração do trauma, reconstrução da sensação de segurança e ressignificação da experiência. Em alguns casos, acrescenta, o acompanhamento psiquiátrico também se faz necessário.

Entre os sinais de alerta, a psicóloga cita isolamento social acentuado, mudanças bruscas de comportamento, crises de ansiedade, pensamentos autodepreciaativos ou suicidas, distúrbios do sono, automutilação, regressão

comportamental e evitação extrema de pessoas ou lugares associados ao episódio. “Esses sinais indicam sofrimento psíquico intenso e necessidade de intervenção imediata”, afirma. Ela reforça ainda que “a responsabilidade é sempre do agressor” e que a vítima deve ser “acolhida, protegida e amparada”.

A psicanalista Ana Lisboa, especialista em desenvolvimento humano e saúde mental feminina, afirma que o estupro coletivo não pode ser compreendido apenas como agressão física. “É uma ruptura profunda da experiência de existir no mundo”, diz. Segundo ela, quando a violência ocorre, “não é só o corpo que é invadido, é a percepção de segurança, identidade e pertencimento que colapsa ao mesmo tempo”. Na avaliação da especialista, a vítima passa a viver uma fragmentação interna em que uma parte tenta seguir a rotina enquanto outra permanece presa ao momento do trauma.

Ana Lisboa observa que o sistema nervoso registra a agressão como uma experiência de perigo extremo e, por isso, o corpo pode continuar reagindo como se a ameaça ainda estivesse em curso. “Por isso, surgem sintomas como ansiedade intensa, hipervigilância, crises de pânico, dificuldade de confiar, relaxar, de se sentir segura até em contextos que não oferecem risco real”, explica. Ela acrescenta que culpa e vergonha podem surgir como tentativas psíquicas de organizar o que foi vivido, mesmo sem qualquer fundamento. “O trauma, quando não elaborado, não vira passado. Ele se instala no presente e começa a moldar o futuro”, resume.

Ao relacionar os dados nacionais com o caso da adolescente no Rio, especialistas apontam que a repercussão pública precisa ir além da indignação momentânea. Os números mostram uma violência persistente, concentrada sobretudo entre meninas e adolescentes, atravessada por silêncio, medo e subnotificação. Diante desse quadro, o enfrentamento passa pela responsabilização dos autores, pelo fortalecimento da rede de proteção, pela ampliação do acesso a atendimento em saúde e pela construção de respostas capazes de interromper ciclos de agressão que continuam atingindo vítimas em diferentes partes do país.

**Estagiária sob supervisão de Verônica Soares**

## MORTE EM PIZZARIA

# Laudo confirma alta concentração de bactérias

» RENATO SOUZA  
Especial para o Correio

Autoridades sanitárias começam a desvendar as causas de uma intoxicação alimentar em massa de clientes de uma pizzaria em Pombal, na Paraíba. Exames realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen-PB), divulgados no sábado (28), apontam níveis elevados de bactérias nos alimentos. De acordo com a Secretaria de Saúde do estado, no total, 114 pessoas deram entrada no hospital e uma mulher, Raíssa Mariteín, 44 anos, morreu com sintomas de intoxicação alimentar após comer pizza no estabelecimento.

Os alimentos foram consumidos no dia 15 deste mês, e Raíssa morreu no dia 17. O namorado dela também comeu, teve sintomas leves e o quadro se estabilizou. Em vídeo publicado nas redes sociais,

o empresário Marcos Antonio Gomes Neto, de 24 anos, dono da La Favorita, local onde o caso ocorreu, lamentou a perda de uma das vítimas e disse que não sabe o que aconteceu. “Quero salientar também que jamais eu tive a intenção de machucar qualquer pessoa, prejudicar qualquer pessoa. Porque eu sou jovem, tenho 24 anos e meu comércio é minha vida. Então, jamais iria me sabotar, jamais iria prejudicar, porque tudo o que conquistei foram seis anos de muita luta, muita renúncia e dificuldade”, disse ele.

Sete amostras foram colhidas para os exames, sendo amostras biológicas, nos pacientes que passaram mal e amostras colhidas dos alimentos, como massa de pizza, molhos e carnes. Nos alimentos, foi identificada a elevada concentração das bactérias *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*. No entanto, no material

colhido dos pacientes não foram encontradas bactérias patogênicas.

A avaliação aponta que a presença das bactérias pode ter ocorrido em razão da manipulação irregular dos alimentos. O inspetor da Agência de Vigilância Sanitária (Agevisa-PB), Sérgio Freitas, afirmou que a pizzaria não tinha condições de funcionar. “O estabelecimento estava em total desconformidade com a legislação sanitária. Não tinha condições de funcionar em hipótese alguma. Com relação à falta de higiene, não foi apresentado nenhum documento comprobatório de protocolos. Foram observados insetos, conforto térmico terrível, falta de conservação adequada dos alimentos, equipamentos oxidados e reaproveitamento de vasilhames de alimentos já utilizados. Está em total desconformidade”, disse.

As autoridades locais destacaram que a investigação continua

em andamento, pois ainda não é possível afirmar com certeza se a presença das bactérias é a causa da intoxicação dos clientes e o que levou à morte de Raíssa. A investigação também avalia a hipótese de a intoxicação ter ocorrido por veneno, como inseticidas usados para eliminar insetos e roedores. As diligências também avaliam se a situação poderia ter ocorrido de maneira intencional ou por acidente. Os pacientes deram entrada em unidades de saúde da região em um espaço de três dias — período habitual para situações de infecção alimentar. As autoridades também avaliam se algum produto tóxico pode ter se misturado com os alimentos que foram consumidos pelos clientes. O Ministério Público da Paraíba também abriu um procedimento para apurar o caso.

Geraldo Jerônimo / TV Paraíba



Após consumo em pizzaria, 114 pessoas passaram mal e uma morreu